

A FRUIÇÃO DA ORLA E DA PAISAGEM MARÍTIMA COMO RECURSO RECREATIVO EM VITÓRIA/ES

Anna Karine de Queiroz Costa Bellini
annakarinebellini@gmail.com

RESUMO:

Este artigo se propõe investigar a existência no imaginário social capixaba do sentimento consciente de paisagem no final do século XIX e início do XX e a contribuição das práticas recreativas para este fim. A partir da pesquisa realizada em periódicos locais deste período busca-se entender se a proximidade com a Baía de Vitória oportunizou a realização de práticas recreativas e se os espaços criados à beira mar voltados para o recreio incentivaram uma maior apropriação e compreensão da paisagem local.

Palavras-chave: Paisagem, recreação, Baía de Vitória.

GT – 8: Geografia histórica urbana

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo possui como tema a utilização da Baía de Vitória e suas áreas contíguas como recurso recreativo no final do século XIX e início do XX, no período anterior às grandes intervenções responsáveis pela reestruturação do espaço urbano da capital com o advento da República.

O recorte do presente tema se dá entre os anos de 1882 e 1912, tomando-se como base as datas de construção dos primeiros espaços criados pela indústria humana, voltados exclusivamente para o lazer em Vitória: o Jardim Público Municipal e o Parque Moscoso.

O artigo é conduzido de modo a investigar três pontos considerados relevantes: a existência prévia, ou não, de uma “intenção” consciente ou de uma “sensibilidade” entre a população para a fruição da paisagem marítima existente como recurso recreativo; se a proximidade com o curso d’água, tão típica de cidades como Vitória, de alguma forma, oportunizou a valorização de atividades recreativas/ contemplativas e o convívio social e finalmente, a existência de paisagens construídas contíguas aos cursos d’água que se propunham a oferecer atividades recreativas.

Assim, a abordagem do tema divide-se em três etapas. A primeira delas, aborda brevemente a trajetória da relação dos cursos d’água e sua dinâmica com a cidade, do início de sua ocupação até o final do século XIX.

A segunda etapa trata da relação das práticas recreativas com os cursos d’água à luz do advento da República.

A terceira e última busca investigar as infraestruturas contíguas aos cursos d’água que oportunizaram as práticas recreativas no período objeto da pesquisa.

Considerando a precariedade de bibliografia concernente ao assunto, o que se constituiu uma dificuldade num primeiro momento, optou-se por tentar suplantá-la com a adoção de fontes de pesquisa alternativas, capazes de dar os subsídios ou indícios sobre os modos de vida, os recursos recreativos à época utilizados e a sua relação com o meio urbano, problemas estruturantes de ordem física da cidade e sua relação com o indivíduo. Para tal, lançou-se mão de informações largamente extraídas de periódicos locais datados da segunda metade do século XIX

ao início do XX. Apesar de serem priorizados, nesta pesquisa, os periódicos como fonte, insta lembrar que também foram utilizadas, fontes documentais como decretos oficiais, relatórios e mensagens de governo.

2. À MARGEM DA BAIA: BREVE TRAJETÓRIA DA RELAÇÃO CIDADE X MAR ATÉ FINS DO XIX.

Assim como ocorreu na maioria das cidades brasileiras com ocupação iniciada no século XVI, a escolha do sítio para implantação do agrupamento da Vila Nova, atual cidade de Vitória, seguiu a predominância de localização na confluência de baías e percursos de água de fácil penetração.

A proximidade com as águas do Atlântico somada à topografia acidentada local garantiu a princípio uma maior expectativa de vida ao agrupamento, possibilitando sua sobrevivência em longo prazo.

Implantada numa posição estratégica, na qual era possível avistar a entrada da baía, a relação do pequeno agrupamento que se formou com o curso d'água, se apresentava a princípio como uma necessidade, na qual a defesa do território e da população que ali se estabelecia se tornou determinante para dar continuidade aos desígnios da missão portuguesa.

Abrigada e protegida pelos acidentes geográficos da baía, era possível a partir da Vila Nova antecipar a defesa contra os ataques advindos do mar. Segundo Mendonça et al.(2009), a dificuldade em descer o topo da colina, seu núcleo fundacional, face à influência direta das marés e constantes alagamentos, e de ocupar as partes baixas da ilha, favoreceu a ocupação rarefeita da orla.

Devido à descoberta de ouro em território brasileiro, durante grande parte do período colonial a região recebeu uma sentença de isolamento que perdurou até o século XIX, impedindo o contato entre as capitanias e principalmente com o exterior, enfraquecendo o movimento portuário no Espírito Santo, especificamente, da Vila da Vitória.

“Passado o risco de invasões, a cidade vai descendo da elevação e ocupando também as partes baixas. Evoluindo de seu desenho de cidade fortificada, Vitória aos poucos assume uma vocação portuária. Surge uma série de pequenos cais que dão suporte ao embarque e desembarque de

mercadorias vindas do continente. A pequena produção cafeeira que chega a Vitória destina-se às recém-construídas casas comerciais exportadoras que funcionam como atracadouros, com portas abrindo-se diretamente sobre o mar” (MENDONÇA et al., 2009, p. 42)

Assim, o mar passa de sinônimo de perigo à de possibilidade: a comunicação como as vias internas e externas e o suprimento das necessidades materiais da população local somente foi possível a partir dele. Devido à ausência de ligações terrestres com o continente até a segunda década do século XX, a conexão das atividades econômicas com o oceano se intensifica exercendo, cada vez mais, um importante papel como indutor da ocupação urbana.

Assim, observa-se uma ocupação das margens da baía orientada pela necessidade de contiguidade das edificações com o mar, visando torná-las as “portas”, a transição entre o mar e a cidade. Esta situação induz a seguinte reflexão; as fachadas voltadas para o mar eram consideradas como principais ou de fundos? A cidade dava as costas para o mar? Não se pode negar, que a apropriação das margens da baía por construções, comprometeu o acesso direto ao mar por parte da população de um modo geral, sempre impelida por uma barreira física. Face ao exposto, abre-se o tema para discussão: de que maneira a proximidade física com o curso d’água, a partir da construção de espaços à beira mar, nos fins do século XIX, ofereceu subsídios para o estreitamento dos vínculos da cidade como o mar e incentivou a renovação destes, ao tornar possível o lançamento de “outros olhares” sobre aquele que sempre esteve presente?

3. AS PRÁTICAS RECREATIVAS, OS CURSOS D’ ÁGUA E A POÉTICA DO OLHAR À LUZ DA REPÚBLICA

Os periódicos locais do final do século XIX nos fornecem indícios da existência de uma relação próxima entre a sociedade capixaba e o mar.

Ramos (2009) afirma que a moda das praias na América Latina, em especial no Brasil, ganhou adeptos desde o século XIX, tendo sido reproduzido, no território nacional, pela elite portuguesa, o modelo europeu de consumo desses espaços. Insta lembrar que a moda dos banhos de mar consolida-se primeiro na então capital Rio de Janeiro, primeira cidade a reproduzir a moda europeia e a polarizar tais modos para o restante do país.

A menção à praia, em especial à fruição deste espaço por meio de banhos de mar no território capixaba era recorrente a partir da década de 1880, principalmente nos meses de temperaturas

mais elevadas. As referências aos banhos de mar encontradas relatam a utilização da orla marítima da capital para este fim, mas enfatiza principalmente a apropriação do litoral de Vila Velha.

É oportuno lembrar que, apesar da geografia insular de Vitória, até o final do século XIX, a capital ainda restringia-se basicamente à região atual do Centro que não possuía e ainda hoje não possui, mesmo com a realização dos aterros, uma faixa de terra às margens do mar, característica de uma praia.

Diante disso, seria possível supor que a ausência desta faixa de terra, associada à ocupação das margens da Baía de Vitória por construções e a presença de inúmeros cais pudessem impossibilitar a consolidação do espaço praia. Em verdade, pelos motivos expostos, este espaço acabou por não se constituir, o que não significa que tenha inviabilizado os banhos de mar neste perímetro. Em nota curiosa datada de janeiro de 1887, comerciantes locais cujo estabelecimento localizava-se próximo à beira-mar: “(...) em vista da estação calmosa, e a bem da hygiene publica, resolveram d’ora em diante franquear gratuitamente ao respeitável publico os seus banheiros sitos á rua Conde d’Eu, prevenindo que não se fornece **aos banhistas** toalha nem sabão” (AO PUBLICO, 1887, p. 4, grifo nosso).

A nota indica a existência clara de uma apropriação da orla marítima da área central de Vitória para os banhos de mar. Pode-se também admitir, haver certa frequência que justifique a disponibilização de banheiros para maior conforto e higiene dos usuários.

Ao se realizar uma análise superficial dos padrões de moral à época, em especial quanto à conduta esperada por famílias mais tradicionais, torna-se difícil acreditar que os banhos de mar em perímetro urbano seriam considerados uma opção apropriada para o recreio familiar, considerando a necessidade de uma maior exposição das pessoas, o que induz a imaginar que tal espaço pudesse ser frequentado por pessoas mais humildes e principalmente por crianças, para os quais as regras de conduta poderiam ser menos severas.

Assim como na Europa, diversos aspectos sociais moldaram-se a fim de se conservar uma conduta apropriada nas praias. Em face desta necessidade, de acordo com Ramos (2009), os costumes e a moral tentam impedir uma possível indecência que ligue os banhos de mar à perversão social pública.

De fato, a população capixaba, em especial a mais abastada procuraria, no final do século XIX, o isolamento e a privacidade que as praias dos arrabaldes seriam capazes de proporcionar. Em comentário publicado no verão de 1883, por jornal local, destaca-se a presença assídua e concorrida nas praias de Vila Velha de famílias pertencentes à alta sociedade da capital: “**Além do grande numero de familias** que ali estão abrigadas do calor que nos fatiga aqui na velha ilha de Duarte de Lemos, nos domingos e dias santificados **é grande o número de pessoas de nosso high-life**¹ que ali vae gosar a amavel hospitalidade dos banhistas. Felizes, felizes...” (NOTÍCIAS... 1883a, p.2, grifo nosso)

Curioso observar a menção ao caráter salutar proporcionado pelo hábito de banhar-se ao mar, no qual a brisa marítima é considerada revigorante:

*“A`banhos. - A lendaria e pittoresca villa Velha ou villa do Coutinho desde o mez ultimo que agasalha amorosa em seu limitado e pauperrimo ambito **um grande numero de familias desta capital**, que, ás primeiras manifestações do fulgido e quente verão, fiseram provisão de frescas roupas de linho e foram haurir ali, nas proximidades da barra uns haustos **tonificantes de ar fortemente saturado pelas emanações do mar**;(...) Teimam contra essa **manifestação providencialmente higienica dos banhistas**, uns cacoles amantes do solo, (...)”*(NOTÍCIAS... 1883b, p. 3, grifo nosso) .

A relação da sociedade com o mar atravessou uma longa trajetória, que não nos cabe detalhar neste momento. Insta lembrar, no entanto, que já no século XIX as propriedades terapêuticas do banho de mar já eram defendidas e prescritas.

Contudo, na mesma nota, os relatos dão conta de que a frequência à praia ia além da busca pela cura de algum mal. Os passeios à praia também se destinavam a ocupação do tempo livre e a fruição da paisagem marítima como recurso recreativo:

*“(...). A população adventícia² que ali demora actualmente esta á banhos – um pretexto como qualquer outro – **gosa dos esplendidos e ridentes panoramas que descortinam-se do alto da Penha e de Piratininga; aprecia os passeios á tarde pelo Inhoá**, (...).*

Quem dá uns tons mais risonhos e variados ao quadro da vida da <<colonia victoriense>> são os meninos, uns pirralhos alegres e traquinas, que não deixam o mar senão quando dormem. Os bebês, esses

¹ A grande vida; a grande roda; a alta sociedade.

² Que vem de fora. É importante mencionar que neste caso, os adventícios são as pessoas que viriam de Vitória.

contentam-se em brincar nas praias, em busca de lindas conchinhas...Uma vida patriarcal aquela!" (...)"(NOTÍCIAS... 1883b, p. 3, grifo nosso) .

Nas últimas décadas do século XIX, de acordo com Ferreira (1994), o Estado instituiu o médico, em substituição ao padre, como policial das famílias passando este a conselheiro do comportamento familiar. Assim, a medicina tutelar foi responsável por sensíveis mudanças nos hábitos das pessoas a ponto de passarem a proceder de formas antes consideradas indignas, sendo a exposição do corpo, segundo o autor, inconcebível às pessoas elegantes até este período. Diante das vantagens medicinais de se estar à beira-mar, as praias acabaram por mudar os rígidos códigos de conduta da época.

Percebe-se que a utilização do espaço praia vai além das vantagens vinculadas ao combate de moléstias com cumprimento de uma prescrição médica. Os banhos de mar se revestem de um contorno mais lúdico, mais contemplativo e menos metódico. Além de curar-se, a sociedade vai à praia para recrear-se.

Os banhos, contudo, não se constituíam como única prática relacionada ao mar capaz de exercer tal função. O esporte náutico capixaba tem origem nas regatas em homenagem à Santa Catarina sempre realizadas no mês de novembro e bastante comuns até o início do século XX. Estas, disputadas originalmente por duas embarcações uma dos Caramurus e outra dos Peroás, eram realizadas por pescadores locais. Constituía de um único páreo, partindo da Pedra dos Ovos, nas proximidades do Penedo, chegando ao extinto Cais do Santíssimo ou da Imperatriz, na praça do antigo mercado público. As regatas realizadas na Baía de Vitória atraíam considerável número de espectadores.

Segundo nota veiculada no periódico O Estado do Espírito Santo em 1903, “Os festejos a Santa Catarina no próximo domingo se observará o seguinte:

“Na tarde do dia 28 do corrente as 5 horas, do caes do Jardim municipal partirá o **passeio marítimo** com destino ao Porto Velho³ voltando a lancha devidamente iluminada, a embarcação, ancorada no Porto das Pedreiras⁴ sendo rebocada por uma lancha a vapor cedida pelo Major Eugenio Netto.

³ Supõe-se que se trata de Porto Velho em Cariacica.

⁴ O Antigo Porto das Pedreiras localizava-se onde hoje se situa a Rua Barão de Monjardim.

Às 8 ½ horas da manhã de domingo (29) celebrar-se-há missa em louvor a Santa Catarina na igreja do Rosário e a tarde será levantado respectivo e tradicional mastro, **havendo antes regata das (afamadas?) canoas**, terminado a festividade com uma kermesse”.(...) (FESTA... 1903, p.3, grifo nosso)

Nota-se, neste caso, que ainda que associado a uma festividade religiosa, fato este muito comum à época, a recreação vinculava-se diretamente à fruição da Baía de Vitória por meio da promoção de passeios marítimos e de regatas.

Segundo Kunsch e Salustiano (2007), as regatas sem caráter profissional realizadas pela população sobreviveram até 1904, quando os clubes Saldanha da Gama e Álvares Cabral decidiram entrar na disputa com suas baleeiras⁵, o que fez perder o sentido religioso da regata em homenagem à Santa Catarina passando a ter um caráter esportivo.

A introdução do remo como modalidade esportiva se deve à fundação dos *Clubs* de Regatas Álvares Cabral e **Saldanha** da Gama, fundados respectivamente nos dias 05 e 29 de julho de 1902. Com o intuito de homenagear os grandes navegadores de origem portuguesa, os fundadores dos respectivos clubes, diante da expectativa de proporcionar a população da cidade de Vitória maiores opções de lazer associadas à prática esportiva, fundaram agremiações que acabaram por se converter em centros de reuniões socioculturais e esportivas, sendo responsáveis pela introdução de temas políticos-educacionais, visando à prática de exercício físico.

A salubridade da beira mar já havia se consolidado como um tema recorrente no Brasil desde o final do século XIX. Passa-se agora a destacar o caráter benéfico do mar na educação física.

Além do remo, o polo aquático ou *water polo*, como era originalmente denominado, e a vela foram os primeiros esportes náuticos no Espírito Santo. Mas foi apenas no final da década de 1920 que as regatas atingiram o auge das práticas desportivas na capital e na década de 1930 que a natação começou a ser disputada no estado.

Quanto à prática da pesca, esta era regulamentada em capítulo específico pelo Código de Posturas Municipal de Vitória, datado de 1901. Observa-se, a partir da análise do referido Decreto, que a pesca realizada como meio de subsistência era livre de impostos, deste de que os profissionais fossem matriculados na Capitania dos Portos. O artigo 68 estabelece que o

⁵ O nome deriva dos botes baleeiros, também chamados de baleeiras; originalmente eram antigas embarcações velozes. Designava também as embarcações auxiliares da caça à baleia.

pescador não profissional, que desejasse exercer a pesca como prática recreativa não teria o mesmo benefício, sendo o mesmo obrigado a pagar imposto destinado a este fim, sob pena de multa. A julgar pela determinação da legislação vigente, é de se presumir que não havia, no início do século XX, incentivos à pesca de caráter recreativo. Tal suposição é corroborada pelo estabelecido no artigo 78, no qual se proíbe a pesca dentro dos riachos e rios, uma prática aparentemente indefesa.

O Código é enfático no que tange a proibição de lançamento de dejetos de origem fabril ou doméstico nas águas e o uso de dinamite ou qualquer material tóxico na pesca que possam prejudicar o desenvolvimento e a procriação dos animais marinhos (ESPÍRITO SANTO, 1901), o que reforça a importância dada à baía e a necessidade de sua preservação. Apesar desta suposta importância, nenhuma menção digna de nota é feita à prática da pesca como recurso recreativo nos periódicos utilizados como fonte desta pesquisa.

Observa-se que a conexão com o espaço praia *in natura*, ou seja, ainda não domesticado pelo homem já atraía a atenção dos cidadãos em fins do século XIX. As atividades ora mencionadas como os banhos de mar e as práticas desportivas marítimas pareciam não carecer de grandes estruturas ou de intervenções urbanas para se realizarem.

O período pesquisado nos periódicos locais não nos dá indícios de quando estas práticas se iniciaram no litoral capixaba, apenas que a partir da década de 1880 certamente ocorreram.

Por ora, ao tomar-se como base a cidade do Rio de Janeiro, enquanto reprodutora e difusora dos modos de vida modernos advindos da Europa, sabe-se que estas práticas teriam segundo Ramos (2009), supostamente se iniciado em território brasileiro a exemplo de Don João que fazia uso do mar para fins terapêuticos. No entanto, conforme o referido autor, esta prática veio a consolidar-se somente em fins do século XIX, quando da implantação, em 1894, de linha férrea de bonde que privilegiava a direção das praias. Considerando a existência de registros em território capixaba na década de 1880, acredita-se que esta prática em Vitória não tenha sido realizada com frequência muito antes deste período. No entanto, acredita-se que a pesquisa deva retroceder alguns anos antes da mencionada década visando minimizar esta lacuna.

Independente disso foi possível constatar a presença de uma sensibilidade por parte dos cidadãos no que tange a fruição da paisagem marítima e um vínculo entre os relatos referentes à mesma e as atividades recreativas, desenvolvidas na orla.

É de se imaginar que o desenvolvimento de atividades não relacionadas ao trabalho ou à economia local, junto à orla fosse capaz de estimular em momentos de repouso, proporcionados durante o tempo livre, a poética do olhar, oportunizando a fruição estética do território, da natureza.

4. A CRIAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS CONTÍGUAS AOS CURSOS D'ÁGUA QUE OPORTUNIZARAM AS PRÁTICAS RECREATIVAS

No final do século XIX ainda observa-se uma escassez de áreas públicas urbanizadas, em especial voltadas exclusivamente para a prática do lazer em espaço aberto. Com a criação do Jardim Público Municipal em 1882, às margens da Baía de Vitória, inaugura-se uma fase na qual a urbe, enquanto estrutura física, “abre-se para o mar”. Este novo olhar lançado distinguisse do olhar antes voltado para a defesa do território, quando do início de sua ocupação, e mais tarde para comércio advindo da navegação.

Quando a cidade passa a descer as encostas, as primeiras construções refletiam certo distanciamento contemplativo em relação à baía sobrepujado pela forte relação econômica com o mar, que incentivava a reprodução de construções com fachadas contíguas aos cursos d'água, objetivando facilitar o trâmite comercial e a entrada de mercadorias para o interior das edificações.

Dessa forma, antes da inauguração do Jardim Municipal, as infraestruturas existentes contíguas ao mar constituíam-se de um conjunto de edificações dispostas lado a lado que formavam uma barreira física e visual em relação à baía que dificilmente oportunizavam a aproximação com o curso d'água ou práticas contemplativas, e de alguns cais como o do Imperador, da Alfândega e da Imperatriz e o Porto dos Padres, locais que não possuíam qualquer atratividade vinculada à recreação e cuja frequência era certamente pouco apropriada para o recreio familiar.

No ano de 1878, no relatório de governo apresentado pelo então Presidente da Província Manoel da Silva Mafra menciona-se que os cais da capital, de uma maneira geral, encontram-se em

estado de ruínas, estando o cais do Sacramento também conhecido como da Imperatriz em melhores condições: “(...) é o que mais se presta a embarque e a desembarque” (ESPÍRITO SANTO, 1878, p. 33).

No ano seguinte, Eliseu de Sousa Martins, naquela ocasião, Presidente da Província, em seu relatório menciona o estado lastimável em que o conjunto de cais da capital se encontrava naquele momento e enfatiza a necessidade de medidas higiênicas visando eliminar os dejetos que lá eram depositados: “Não existe um só que se preste presentemente, a embarque e desembarque pelo seu pessimo estado e pela grande quantidade de imundícia que n’elles se depositam diariamente” (ESPÍRITO SANTO, 1879, p. 6).

No relatório de governo datado de 1882, ano da inauguração do Jardim Municipal, Alpheu Adolpho Monjardim relata uma situação bem distinta das anteriores:

Caes da Imperatriz - Estão quase concluídas as obras, graças aos incançaveis esforços do digno Presidente da Camara Municipal d’esta Capital.

Este caes será em breve o ponto mais attrahente d’esta Capital por quanto está hoje convertido em uma praça fechada a gradil de ferro, com uma linda entrada, um repuxo com bacia e muitas arvores plantadas e dividida em diversas figuras geométricas que lhe dão um aspecto agradável. (...) Para levar-se a effeito essas obras, alem dos auxílios particulares, para obtenção dos quaes nomeei uma comissão de cidadãos idôneos, concorreo a Província durante a minha administração, com a quantia de 5:500\$000 reis” (ESPÍRITO SANTO, 1882, p. 23).

Assim, no local do antigo cais da Imperatriz instalou-se o “elegante” Jardim Municipal, fonte dos mais gratos elogios por parte da imprensa local e que apesar de ainda possuir algumas lacunas, conforme afirma a mesma imprensa, parece ter sido uma das mais aclamadas e aguardadas intervenções urbanas das duas últimas décadas do século XIX, inaugurando um espaço “criado” exclusivamente para a fruição do lazer, até então inexistente.

É difficil calcular a sensação agradável e civilisadora que ali se experimenta. Não é um paradoxo os lugares públicos, onde se reúnem relações para conversar, rir, folgar, são (ilegível) importantes do progresso (NOTÍCIAS... 1882, p. 2).

Tamanho a importância da intervenção, que a mesma custou aos cofres públicos o terceiro maior recurso de toda a província do Espírito Santo, equivalente a quase cinco vezes mais que a somatória das demais obras empreendidas na capital autorizadas naquela administração.

Dessa forma, o Jardim Municipal considerado, à época, como civilizador melhoramento, possibilita um novo universo, no qual um espaço criado permite a abertura de visuais para a paisagem marítima circundante, oportunizando-se a apreciação da mesma como fonte de lazer. Tal prática foi ilustrada em crônica divulgada em periódico local, pouco após a inauguração do referido espaço:

Para cumulo da alegria popular e para assignalar a semana que hoje começa – uma semana de boas recordações – o Jardim Municipal, hoje, á tarde, terá por entre suas alamedas povoadas das risadas crystallinas das crianças felizes a Bella – Hamonia de um grupo de moços artistas, que ali vão deleitar o publico com algumas novidades musicaes. E ali, quando a leitora, **cravando o seu olhar luminoso na cupula azulada e profunda do bello céu de maio, admirar-lhe, as bellas incomparáveis; estender mais além a vista e apreciar o lindo panorama do Penedo, incendiado no resicler cambiante da tarde que se vai...** d’ali em vez d’um idyllio amoroso, envie-nos...um perdão para esta innocente caccteação! (A’ DUAS..., 1882, p. 1, grifo nosso)

A importância do referido melhoramento e a sua privilegiada implantação fez com que a simples construção ao lado do Jardim de um pequeno barracão coberto com palha fosse considerada “um attentado contra a bellesa esthetica da cidade”, constituindo-se como uma deformidade “á elegância do jardim municipal, o tal barracão de palheiro enfrenta para o mar e fica portanto n’uma exposição saliente às vistas dos visitantes de nossa cidade” (NOTÍCIAS...1883c,p.2). Pode-se assim supor que o espaço passa a importante referencial de progresso da cidade, um motivo de orgulho para a sociedade, o seu cartão postal.

Os passeios à beira mar estimulados pelo uso mais constante das praias e pela construção do Jardim Municipal ganham reforço com a urbanização da Rua do Comércio, antiga Rua Porto dos Padres. Tal melhoramento foi considerado importante para a modernização da capital, tendo sido pleiteado por vários anos consecutivos antes de se concretizar. Há registros de pedidos remetidos à Assembleia Provincial visando à inclusão no orçamento municipal da construção e aformoseamento do cais e da Rua do Comércio, no primeiro trimestre de 1883. Na planta geral da cidade de Vitória datada de 1895, a Rua Porto dos Padres destaca-se como único logradouro à beira-mar. Mais tarde, fotografias datadas de 1909 ilustram a então denominada Rua do Comércio em vias de finalização.

Interessante constatar neste período, a presença de construções com frentes voltadas para a beira mar, o que denota uma mudança na relação da sociedade com a baía que começa a ganhar novo *status*, passando a ser mais valorizada quanto ao seu potencial contemplativo.

Com as melhorias advindas da reurbanização da referida rua e de seu cais, foram implantados nas imediações dois quiosques às margens da baía, cuja presença incentivava a permanência de pessoas no local e supostamente a apreciação dos visuais. Ainda que em pequenas doses a cidade incentiva o “olhar para o mar”...



Figura 1: Rua do Comércio, 1909. Autor desconhecido. Fonte: Biblioteca Central da UFES.



Figura 2: Trecho da Rua do Comércio, atual Av. Florentino Avidos, Porto dos Padres, 1909. Autor desconhecido. Fonte: Biblioteca Central da UFES



Figura 3: Rua do Comércio, 1909. Autor desconhecido. Fonte: Biblioteca Central da UFES.

Há muito a beleza da Baía de Vitória era destacada por inúmeros viajantes que por aqui passaram. Ainda do final do século XIX, Antônio Lopes Mendes, explorador português em viagem ao Brasil realizada em 1882, detalhou sua experiência em território capixaba. Em cartas endereçadas a um amigo, posteriormente publicadas em janeiro de 1883, na *Revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro – Occidente*, Mendes relata:

A cidade de Victoria tem um pequeno porto, quanto a dimensões, mas d'uma beleza encantadora, como verá do respectivo desenho.

Observada da **bellissima bahia, coroada de pittorescas montanhas, povoadas de denso arvoredo e assente nas abas de uma colina de granito, com o seu enorme Penedo de sentinella á entrada do porto**, pareceu-nos uma formosa indiana mirando-se nas crystalinas águas do tanque do seu diuly” (MENDES. A.L., 1883, p.22-23, grifo nosso).

Cumpramos ressaltar o destaque dado aos visuais da entrada da baía, em especial à topografia acidentada da cadeia montanhosa destacando-se o Penedo e sua forte conexão com as águas.

A apreensão e enaltecimento desta forte imagem já haviam sido captados e divulgados por outros viajantes que navegaram pelas águas da Baía de Vitória. Mas não é este olhar, o do estrangeiro, ao qual se está em busca neste momento. Busca-se identificar o “olhar local”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a presente pesquisa pode-se observar que os relatos enaltecendo a beleza da paisagem, antes comumente realizados por viajantes, tornam-se presentes nos periódicos locais após a década de 1880. É de se supor que a constância na apreensão do entorno por parte de alguns cidadãos, a partir desse período, possa ter alguma relação com as intervenções urbanas que oportunizaram a apreciação da paisagem como o Jardim Municipal e a Rua do Comércio, suposição esta que ainda necessita de maiores dados para sua confirmação. O fato é que todos os registros encontrados que destacam a estética da paisagem local são capazes de demonstrar uma noção de território, de natureza, de arte e recordam uma imagem familiar, ou seja, há o reconhecimento do lugar.

Observa-se uma prática inicial, porém consciente de contemplação, percepção e compreensão da paisagem assumida e registrada nos periódicos locais. O valor simbólico da paisagem pode se percebido nos escritos ainda que este seja um processo subjetivo que o indivíduo constrói com o território.

O presente trabalho não pretendeu esgotar o assunto, muitas lacunas ainda permanecem abertas. Diante deste desafio, a continuação e o aprofundamento do tema se darão em outra oportunidade.

6 REFERÊNCIAS

A' DUAS pennas: chronica semanal. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 28 maio 1882. Folhetim da Província, p. 1.

AO PUBLICO. **A Província do Espírito Santo**, Vitória, 8 janeiro 1887, p. 4

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto n.º 75, de 11 de março de 1901. **Código de Posturas Municipaes**. Vitória: Tipografia de A. Moreira Dantas, 1901.



ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1878-1879: Mafra). **Relatório apresentado [pelo] Exm^o. Sr. Dr. Manoel da Silva Mafra à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 22 de outubro de 1878.** Vitória: Typographia da Actualidade, 1878.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1879-1880: Martins). **Relatório com que foi aberta a sessão extraordinária da Assembléa Provincial [pelo] Exm^o. Sr. Presidente, dr. Eliseu de Sousa Martins, no dia 28 de outubro de 1879.** Vitória: Typographia da Gazeta da Victoria, 1879.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Vice-Presidente (1882-1882: Andrade e Almeida). **Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Província do Espírito Santo [pelo] 1^o Vice-Presidente, o Exmo . Dr. Tenente-Coronel Alpheo Adelpho Monjardim de Andrade e Almeida, em 21 de março de 1882.** Vitória: Typographia do Horizonte, 1882.

FERREIRA, Sérgio Luiz. **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina (1900-1970).** 1994. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

FESTA DE Santa Catharina. **O Estado do Espírito Santo,** Vitória, 26 nov. 1903. Secção annuncios, p.3.

KUNSCH, Fernando S.; SALUSTIANO, Sérgio. **Clube de Regatas Saldanha da Gama: lutas e glórias - 105 anos de Vitória (1902-2007).** Vitória: GSA, 2007.

MAGALHÃES, Clarice Rego. **O uso de periódicos como fonte em pesquisa histórica e o caso do entusiasmo da sociedade pelotense com a sua Escola de Belas Artes.** In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA ARTE, 9., 2010, Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://iad.ufpel.edu.br/prodart/artigos/ver/199>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

MENDES. A.L.. Cartas de A. Lopes Mendes ao seu amigo Dr. Augusto Cesar da Silva Mattos. 1^a Carta (conclusão). **O Occidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro,** Lisboa, v. 6, p. 22-23, 1883. Disponível em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1883/N147/N147_master/N147.pdf>, acesso: 28 jun. 2019.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza et al. **Cidade prospectiva: o projeto de Saturnino de Brito para Vitória.** Vitória: Edufes, 2009. 116p

NOTÍCIAS locais. **A Província do Espírito Santo,** Vitória, 14 abr. 1882a. Factos e boatos, p. 2.

NOTÍCIAS locais: A capital na Villa Vellha. **A Província do Espírito Santo,** Vitória, 24 jan. 1883a. Factos e boatos, p. 2.

NOTÍCIAS locais. **A Província do Espírito Santo,** Vitória, 5 jan. 1883b. Factos e boatos, p. 3.

NOTÍCIAS locais: Contra a esthetica e as...posturas. **A Província do Espírito Santo,** Vitória, 22 mar. 1883c, p. 2

PESSOTTI, Luciene. . **Vila da Vitória: posse e defesa territorial no Brasil colônia.** Urbanismo de Origem Portuguesa 6, Portugal, p. 1 - 36, 01 out. 2006.

RAMOS, Daniel da Rocha. **A invenção da praia e a produção do espaço: dinâmicas de uso e ocupação do litoral do ES.** 2009. 189 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.



SANTOS. P. F. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.179p.

VITÓRIA (Cidade). Prefeitura Municipal de Vitória. Secretaria de Esportes. **Natação**: Esporte Memória. Vitória, 1999.